

É terno candidato à presidência da República — mais que isso, postulante permanente ao exercício imperial do poder —, o ex-governador Leonel Brizola anunciou há pouco à nação que não pretende conformar-se com a eventual implantação, pelo Congresso Constituinte, do sistema parlamentarista de governo. Na sempre tortuosa linha de raciocínio brizolista, o parlamentarismo, mesmo que chancelado pela maioria dos constituintes, representará “uma postura” a ser revogada logo depois da vitória do ex-governador do Rio de Janeiro nas eleições presidenciais de 1988.

Não vale a pena examinar, aqui, as chances de vitória de Leonel Brizola nesse pleito. Mais importante é constatar que o caudilho sessentão segue exibindo a mesma arrogância irresponsável do então jovem governador gaúcho que no começo de 1964, quando os ventos já anunciavam a tempestade, pregava a execução de “reformas de base” à revelia do Congresso. Brizola jamais teve maior respeito pelos poderes constituídos, como não o tem pelas regras da democracia. Interessante, tão-somente, chegar ao poder a qualquer custo e segurar as rédeas do mando com ambas as mãos.

As manobras e os discursos contra a ratificação, pelo plenário da Constituinte, da implantação do parlamentarismo, já aprovado pela Comissão de Sistematização, não estão circunscritos, lastimavelmente, a Leonel Brizola e seus apóstolos. Nessa mesma direção, em franca cumplicidade com a seita agrupada no PDT, cogitam-se vários outros candidatos à presidência da República, nem todos pela mesma convicção, do deputado Ulysses Guimarães ao ministro Aureliano Chaves, do governador Orestes Quércia ao senador Mário Covas, do deputado Luiz Ignácio Lula da Silva ao ex-presidente João Figueiredo. Tais candidatos devem ter algum cacife na Constituinte. E parecem dispostos a usá-lo desde já para assegurar a manutenção do sistema presidencialista de governo.

JORNAL DO BRASIL

O Brasil não será um país sério enquanto nossos políticos não o forem — e seriedade pressupõe alguma coerência. Há poucas semanas, a Constituinte pendia majoritariamente para o parlamentarismo. Hoje, sobram razões para supor que muitos deputados e senadores apenas simularam tal preferência porque nela viram uma boa maneira de decepar os poderes do presidente José Sarney. Reduzido a quatro anos o mandato, o presidencialismo recuperou seus atrativos. Poderá perdê-los, naturalmente, se alguma reviravolta no plenário da Constituinte devolver a Sarney os meses de mandato que lhe foram amputados pela Comissão de Sistematização.

A longo prazo estaremos todos mortos, advertiu John Maynard Keynes. A frase configura um bom convite à reflexão, até porque oferece, a quem sobre ela medita, dois caminhos antagônicos a seguir. O primeiro deles poderia incorporar a suas placas indicativas uma afirmação celebrizada há alguns anos pelo ex-jogador de futebol Gerson de Oliveira Nunes: o negócio é levar vantagem em tudo. Já que todos morreremos, cuidemos de nossas vidas à margem de princípios, escrúpulos ou pudores. O segundo caminho, reservado aos homens de bem, avisa em seu quilômetro zero que, se todos haveremos de morrer, outros viverão — e entre esses estarão nossos filhos e netos. É preciso, portanto, construir para o futuro, ainda que não nos seja possível viver para ver.

O Brasil teria muito a ganhar se tais reflexões fossem incorporadas às cabeças que compõem o Congresso Constituinte, encarregado de deliberar sobre os destinos das gerações que agora o contemplam e das que virão. Já se disse que, enquanto os políticos pensam nas próximas eleições, os estadistas pensam nas próximas gerações. Esperemos que os constituintes, nas votações agora confiadas ao plenário, pensem um pouco mais no país.